

TERRITORIALIDADES, CULTURAS E IDENTIDADES: CIÊNCIA E EPISTEMOLOGIA NA MODERNIDADE

Nelson Aloysio Reis de Almeida Passos¹

Resumo: O objetivo deste artigo é situar os conceitos-chave de cultura e identidade, raça e etnicidade à luz dos estudos culturais de Stuart Hall para num momento seguinte trazer os significados de território e territorialidade de forma plural e integralizante. Para tanto, será feita uma breve crítica ao conhecimento científico moderno apoiada na visão de Boaventura de Souza Santos para, a seguir, debater-se a contraposição do conceito de território nas suas vertentes jurídico-política, culturalista e econômica, a partir dos binômios materialista-idealista e espaço-temporal, identificados por Rogério Haesbaert. É do escopo deste trabalho fomentar um marco teórico para futuras pesquisas e estudos científicos que articulem essas temáticas, em especial para as ciências sociais, resgatando-se a visão de outros autores destes conceitos e corroborando uma pluralidade de significações para estas definições.

Palavras-chave: identidade; cultura; terra; território; territorialidade.

Resumén: El objetivo de este artículo es situar los conceptos clave de cultura e identidad, raza y etnicidad a la luz de los estudios culturales de Stuart Hall para en un momento siguiente traer los significados de territorio y territorialidad de forma plural e integralizante. Para ello, se contemplará una crítica al conocimiento científico moderno apoyado en la visión de Boaventura de Souza Santos para, a continuación, debatir la contraposición del concepto de territorio en sus vertientes jurídico-política, culturalista y económica, a partir de los binomios materialista-idealista y espacio-temporal, identificados por Rogério Haesbaert. Es del alcance de este trabajo fomentar un marco teórico para futuras investigaciones y estudios científicos que articulen esas temáticas, en especial para las ciencias sociales, rescatándose la visión de otros autores de estos conceptos y corroborando una pluralidad de significaciones para estas definiciones.

Palabras clave: identidad; cultura; tierra; territorio; territorialidad.

Abstract: This paper aims to situate the key concepts of culture and identity, race and ethnicity in the light of Stuart Hall's cultural studies, in order to bring the concept of territory and territoriality in a pluralistic and integrating way. In order to do so, a critique of modern scientific knowledge based on Boaventura de Souza Santos' vision will be contemplated, in order to discuss the concept of territory in its juridical, political, cultural and economic aspects, from the materialist-idealistic and spatio-temporal, identified by Rogério Haesbaert. It is the scope of this work to foster a theoretical framework for future research and scientific studies that articulate these themes, especially for the social sciences, rescuing the vision of other authors of these concepts and corroborating a plurality of meanings for these definitions.

Keywords: identity; culture; earth; territory; territoriality.

¹ Bacharel em Comunicação Social – UFES, Vitória (ES), Brasil. E-mail: nelsonalloysio@gmail.com.

Identidade e cultura da ciência

Propõe-se em um primeiro momento uma breve crítica à epistemologia e ao conhecimento científico moderno, a fim de estabelecer um ponto de partida para uma reflexão dos conceitos de cultura e identidade, raça e etnicidade, território e territorialidade que seja plural e integralizante. Para tanto, os estudos de Boaventura de Souza Santos (1999 e 2011), Stuart Hall (2003-4) e Rogério Haesbaert (2004-7) serão os guias de nossa fundamentação teórica, de forma a promover um encontro entre esses diferentes autores que seja proveitoso para futuros estudos nessas temáticas.

A ciência moderna causou, na visão de Souza Santos, um “epistemicídio”: instituindo-se como dominante (o que chamou de soberania epistêmica) e suprimindo ao longo dos séculos conhecimentos locais e demais alternativas, ela apropriou-se da verdade ao passo que desapropriou dessa qualidade todos os outros conhecimentos que não por ela verificados, que possibilitariam diversidades epistemológicas e enriqueceriam nossas percepções do mundo. Propõe, como forma de superação, uma “ecologia de saberes”, isto é, “a pluralidade de conhecimentos e a renúncia total a qualquer epistemologia geral”, numa “ressubjetivação do conhecimento científico que torne possível que este se traduza em um saber prático que ensine a viver” –, uma vez que a produção do conhecimento varia com a base doutrinária do conhecimento produzido, não é tarefa da ciência ser definitiva na afirmação de verdades absolutas. Segundo o autor, este paradigma emergente da epistemologia pode ser descrito por quatro diferentes princípios totalizantes:

- i. todo conhecimento científico-natural é científico-social;
- ii. todo conhecimento local é global (contra a hiper-especialização);
- iii. todo conhecimento é autoconhecimento (contra a separação sujeito/objeto);
- iv. todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

Estes princípios tomam como objetivo o equilíbrio dos diferentes saberes; trata-se, portanto, de ressignificar o conhecimento, não como medida de atribuição do que é real/verdadeiro, e sim como forma de intervenção no real, isto é, na realidade – seja natural e/ou social, local e/ou global, compartilhada entre sujeitos e/ou objetos, entendida cientificamente e/ou por cosmovisões completamente distintas.

É com esse entendimento que se identifica a necessidade de contemplar múltiplas definições, isto é, de trazer entendimentos e compreensões distintas entre si para o debate

sobre território e territorialidade de forma integralizante. “A etnologia não é uma especialidade definida por um objeto particular, as sociedades ‘primitivas’; é uma maneira de pensar, aquela que se impõe quando o objeto é [o] ‘outro’, e exige que nós nos transformemos” (MERLEU-PONTY, 1960 apud LÉVI-STRAUSS). Torna-se essencial, portanto, à luz destes autores, articular a seguir uma pluralidade de significações para esses conceitos, em busca de um ponto de partida (ou chegada) para outros mais estudos que se aproximem dessas temáticas ou do raciocínio aqui exposto.

Em direção a uma compreensão plural de território e territorialidade, convém antes debater-se as noções de identidade e cultura, raça e etnicidade. Ao longo de suas pesquisas, Hall distingue dois movimentos quanto à definição de identidade: percorre primeiro a era das luzes para a modernidade e deixa de se referir a um sujeito racionalizado, i.e. centrado em suas capacidades de razão, para um formado na relação estabelecida com os outros em sociedade; e num segundo momento, vai deste para um sujeito sem identidade fixa, que viria a conceituar então como “pós-moderno”, a fim de se promover um debate em torno da crise de identidade que percebe em seus estudos culturais. Nota-se, porém, que dizer que “a ideia de que as identidades eram plenamente unificadas e coerentes e que agora se tornaram totalmente deslocadas é uma forma altamente simplista de contar a história do sujeito moderno”, e tem “o propósito exclusivo de uma exposição conveniente”, como explica:

“Isto não significa que nos tempos pré-modernos as pessoas não eram indivíduos mas que a individualidade era tanto “vívda” quanto “conceptualizada” de forma diferente. As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais” (HALL, p. 25).

Com esta distinção, se empenha em apontar a mudança que ocorre com a identidade do sujeito na transição para a modernidade tardia. Para Hall, a teoria e as ideias são “uma resposta política a uma dada situação” e são válidas enquanto “estratégias culturais que fazem a diferença”, o que contribui para que priorize em seus estudos culturais as “questões de raça”. Atribui, portanto, uma centralidade à cultura e à linguagem para se refletir sobre a produção de representações racializadas e de identidades étnico-raciais, fundamentando também a discussão contemporânea sobre colonialismo, gênero, sexualidade, nacionalismo, fronteira, política e desigualdade, entre tantos outros – uma vez que as políticas da representação e da identidade estão presentes em todos os âmbitos da cultura, tanto na sua dimensão substantiva (na economia, na política, no trabalho) quanto epistemológica (na educação, na arte, na publicidade, na historiografia). As questões étnico-raciais são abordadas

por Hall de forma a evitar que sejam reproduzidos os mesmos universalismos e essencialismos caracterizados nas práticas dominantes de produção do saber, que contribuem para a naturalização de relações de exploração, domínio e desigualdade sociais.

Nota-se que a identidade e a cultura são ambos, conforme concorda Hall, agentes fomentadores de territorialidade. O conceito de território, porém, enfrenta uma polissemia na atualidade, com definições conflitantes em diferentes visões da Antropologia, da Ciência Política, da Geografia e da Sociologia. Para Guattari e Deleuze, este se apoia numa dialética entre território humano e território natural, isto é, entre sociedade e natureza, a fim de estudar o comportamento dos homens no espaço; para Milton Santos, este é o espaço humanizado, híbrido, historicamente mutável e econômico, que visa o embate entre classes sociais por recursos e capital-trabalho; já para Haesbaert, é o espaço de vivência, cultural e simbólico. Este apoia sua teoria numa circunscrição do conceito de território nas suas vertentes jurídico-política, culturalista e econômica, a partir dos binômios materialista-idealista e espaço-temporal identificados pelo geógrafo, e é a visão na qual nos focaremos aqui em desenvolver, perpassando conceituações anteriores para o efeito tão somente de distinguir-se destas.

Territórios-rede e multiterritorialidade

Para Haesbaert, o debate sobre o território pode ser compreendido na atualidade a partir da quatro vertentes: cultural, econômica, política e naturalista. Estas por sua vez podem ser articuladas de modo a compreender dois binômios: a *perspectiva materialista-idealista*, que poderia enfatizar uma ou mais dimensões (natural/econômica/política/cultural) de território; e a *perspectiva espaço-temporal*, que viria a ser absoluta/relacional (temporal-relativista ou centrada em entidades físico-materiais ou sociohistóricas) ou histórica/geográfica (dos componentes gerais de uma sociedade).

O debate de territorialidade na geografia vem, ainda na visão de Haesbaert, de uma articulação dos conceitos de paisagem, região, espaço, território e lugar: em seu princípio, a geografia tradicional era especialmente historicista, pautada num positivismo lógico e racionalismo econômico que a tornavam uma disciplina teórico-quantitativa; era a geografia dos mapas e das fronteiras, que viam a realidade como uma planície isotrópica que poderia ser representada matricialmente com precisão; o lugar era, assim, uma espacialização de funções ou atividades econômicas desempenhadas por uma população que ali tão somente se encontra. Nesta visão politicista e idealista do território, este seria uma construção sociopolítica dissociável da natureza ou do ambiente físico ali socialmente constituído.

É com Ratzel e Hartshorne que espaço e território articulam-se na geografia política para formar o espaço vital (*Lebensraum*), visto como a extensão necessária para a expansão territorial de um povo (no caso, o povo alemão), ou como a ciência do espaço e de seu controle. Ratzel propõe uma antropogeografia que seria posteriormente acrescida ao que surge como o termo “geopolítica”. Pesquisadores como Wanklyn argumentam que os políticos distorceram a teoria de Ratzel para objetivos políticos: alguns alemães reinterpretaram Ratzel para defender o direito da raça alemã de expandir-se pela Europa, noção essa mais tarde incorporada na ideologia nazista; o possibilismo, de Vidal de La Blache, apresenta-se como uma resposta antagônica ao espaço vital, que não considera a existência de outras maneiras de expandir-se (ou, nesta visão, desenvolver-se economicamente) em uma área limitada.

Para a geografia crítica, inicialmente proposta pelo filósofo francês Lefévre, o espaço é o lócus das relações sociais de produção. Esta disciplina se baseia no materialismo histórico-dialético, em que sociedade e espaço são, portanto, pares e interdependentes: apresentam-se conjuntamente o modo de produção, a formação socioeconômica e o espaço – é o que Milton Santos expressa ainda em 1977: “uma sociedade só se torna concreta através do espaço (*e vice-versa*)”². No materialismo, o território apresenta-se sob perspectivas naturalistas (fonte de recursos, de caráter físico-químico-biológico), econômicas (fonte de recursos, suporte e materialização das relações sociais de produção) e político-culturais (espaço controlado por um grupo social/Estado, produto da apropriação/valorização simbólica). A construção do Estado moderno proporciona mesclas de identidade culturais e territoriais que criam distintas territorialidades. As reservas territoriais/naturais, a título de exemplificação, ou os tidos “patrimônios culturais”, são aqui símbolos da modernidade e produto da política nacional contemporânea que tratariam de subordinar processualmente, por exemplo, a territorialidade animal (arte bruta, cores, sons, cantos ⇔ eco-arquitetura, turismo, atração, monetização).

Posteriormente, a geografia humanista/cultural e a antropologia viriam a articular a dimensão simbólico-subjetiva (ou simbólico-cultural) de território, compreendendo-o como espaço vivido, isto é, como constituído por símbolos e compreensível por códigos culturais nos quais se inscreve. A partir dos estudos de Hall e José Luis Garcia, a territorialidade passa a ser tida como a atividade humana no território socializado, isto é, culturalizado, em que a força da carga simbólica do território (...) é visto como um construtor de identidade, o que posteriormente fariam Bonnermaison & Cambrèzy (1996) conectar ambos na percepção de que o “pertencimento ao território implica (...) representação da identidade cultural”³.

² SANTOS, Milton. 1977. Grifo próprio.

³ BONNEMAISON; CAMBRÈZY. 1996, p.10.

Observa-se que, para Haesbaert, “abandonar um território (*desterritorialização*), fundar um novo território (*reterritorialização*) e assim engajar em diversos espaços territoriais (*multiterritorialização*) é o vivenciado na modernidade contemporânea”⁴. A criação de novas territorialidades – , marcado por territórios-rede, desde a escala espacial do local ao global – se deu na modernidade pela formação de uma elite globalizada em simultâneo a vários grupos étnico-culturais minoritários, em busca da reconstituição de seus territórios; pelo fortalecimento dos processos de âmbito local frente ao regional e ao nacional, seja para fins de competitividade no processo econômico e de trabalho, nas relações sociais de produção, ou como forma de resistência cultural; pelo recrudescimento de regionalismos e nacionalismos de ordem político-culturais, enquanto movimentos contra-globalizadores (ainda que parcialmente); e pela constituição de entidades político-institucionais supra-nacionais (como ONGs globais).

A desterritorialização moderna perpassa três perspectivas; econômica: sustenta novas organizações territoriais, de regiões mesmo que longínquas, quando conectadas economicamente em uma espécie de território-mundo; política, em que vincula a desterritorialização a uma concepção de território como criação e sustentação do Estado, que age sobretudo como um agente desterritorializador na modernidade, imprimindo a divisão da terra por uma organização administrativa-burocrática, fundiária e residencial, destruindo territorialidades ao passo que reincorpora-as e produz novas formas territoriais de organização social; e cultural, retratada como a (res)significação de símbolos, marcos históricos e identidades. As sociedades ao mesmo tempo dissolvem e criam novos laços territorializantes, que por sua vez revelam sentimentos reterritorializadores.

O fator principal na desterritorialização, ainda segundo o autor, é a formação dos territórios-redes, proporcionados por tecnologias modernas que aceleram as transformações do espaço social e conduzem a uma (re)definição dos territórios. Na atualidade, o discurso se pauta também na emergência de uma “sociedade em rede”, em contraponto à sociedade territorial. As redes encontram-se “a serviço da desterritorialização”, integrando-se à uma dinâmica reterritorializante, num processo impulsionado pelos avanços nas tecnologias de informação, que aumentou as possibilidades de controle exercido sobre territórios distantes.

Haesbaert propõe, por fim, uma perspectiva integradora quanto à oposição entre concepções materialistas e idealistas de território, buscando a superação da dicotomia material/ideal na percepção de que o território envolve, ao mesmo tempo, a dimensão espacial

⁴ HAESBAERT, 2004. Grifos próprios.

material das relações sociais e o conjunto (simbólico) das representações sobre o espaço. Com efeito, desenvolve uma nova noção, em que o conceito de território se define pela multiterritorialidade: uma visão integradora que enfatiza os aspectos político, social e econômico a fim de dar conta de sua complexidade (assim como a articulação em rede dos territórios, que conectam diferentes pontos e lugares através de múltiplas escalas). A construção do território para o autor resulta, portanto, da articulação de duas dimensões:

- i. a dimensão material, ligada à esfera político-econômica: num sentido material-funcionalista, o território é vinculado ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras e à funcionalidade econômica, que cria circuitos de produção, circulação e consumo;
- ii. a dimensão imaterial, ligada à esfera dos conjuntos simbólicos-culturais de grupos étnicos: num sentido simbólico, o território pode moldar e ser moldado por identidades culturais, que fazem dele um elemento de coesão dos grupos sociais.

O território para Haesbaert, portanto, admite diferentes composições na integração política, econômica e simbólico-cultural, que pode ser percebido também a partir do grau de fechamento (abertura) e/ou controle do acesso que suas fronteiras impõem, ou seja, os seus níveis de acessibilidade. Hoje, no território político que reivindica a condição de Estado-nação, a fragmentação geográfica não resulta em fragilização do poder estatal como anteriormente, mas se potencializa pela capacidade de conexão de cada fragmento espacial através de territórios-rede que conseguem circular informações em tempo real; presenciamos um momento capaz de unir numa “rede-território” toda a civilização planetária, onde se coloca a possibilidade de uma “sociedade-mundo”, em que valores universais como democracia, autonomia e direitos humanos se enunciam como possíveis, ainda que para tanto identifique que “uma nova identidade socioterritorial, também planetária, é imprescindível.”

Ao longo da reflexão aqui apresentada, empreendeu-se o esforço de compreender as mudanças nas significações de território e territorialidade e a crescente aproximação destes com os conceitos de identidade e etnicidade. Estes vão de encontro aos estudos culturais de Hall e oferecem um entendimento integralizante para os estudos e pesquisas das ciências sociais e, a partir da articulação das dimensões material-funcionalista e imaterial-simbólica, propõe-se um diálogo com outras teorias que enfatizam visões político-econômicas e/ou étnico-culturais, enfatizando-se como Souza Santos uma compreensão pluralizante do mundo.

Referências bibliográficas

BONNEMAISON; CAMBRÉZY. *Le lien territorial: entre frontières et identités. Géographies et Cultures*. In: **Le Territoire**, n. 20. Paris: L'Harmattan, 1996.

HAESBAERT, Rogério. *Território e Multiterritorialidade: Um Debate*. 2004. In: **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007.

HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: ed. UNESP, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2003.

RITTER, Carlos. *Reflexões epistemológicas sobre os “territórios de identidade”*. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v.6, n.1, p.95-109, jun./2011.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade**. 7ª ed. Porto: Portugal. 1999.

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ZUBARAN; WORTMANN; KIRCHOF. *Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades*. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 56, pp. 9-38, Mai.-Ago. 2016.